

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DJIMI ROBERT BERWANGER

**OS MICRO-FINANCIAMENTOS DO BANCO DA GENTE
LIBERADOS EM JARDIM- MS PARA O RAMO DE
CONFECÇÃO/VESTUÁRIO (2005-2011)**

**JARDIM
2011**

DJIMI ROBERT BERWANGER

**OS MICRO-FINANCIAMENTOS DO BANCO DA GENTE
LIBERADOS EM JARDIM- MS PARA O RAMO DE
CONFECÇÃO/VESTUÁRIO (2005-2011)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária
de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.**

Orientadora: Prof.^a MSc. Gezeli Eberhard

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

BERWANGER, D. R.

Os Micro-financiamentos do Banco da Gente liberados em Jardim- MS para o Ramo de Confeção/Vestuário (2005-2011) / Djimi Robert Berwanger – Jardim: [s.n.], 2011.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Gezeli Eberhard

1. Exclusão Social, 2. Análise.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

Djimi Robert Berwanger

TERMO DE APROVAÇÃO

DJIMI ROBERT BERWANGER

**OS MICRO-FINANCIAMENTOS DO BANCO DA GENTE LIBERADOS
EM JARDIM- MS PARA O RAMO DE CONFECÇÃO/VESTUÁRIO
(2005-2011)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Msc. Gezeli Eberhard

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Jardim - MS, 30 de Novembro de 2011

DEDICATÓRIA

A meu pai Carlos Alberto Berwanger...

Apesar de ter sido vítima de um câncer em 2001, seu sonho era ter um filho formado, dedico esse trabalho, bem como todas as conquistas da minha vida a você...

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de externar meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram tanto para a realização deste trabalho como para a minha formação como ser humano:

Primeiramente a Deus e minha família, que tanto me apoiaram nesta etapa, em especial a minha mãe Josefa Benedito da Silva Berwanger, a mulher da minha vida...

Aos colegas e amigos de sala de aula, dentre os quais destaco: Josiane, Luzia, Rosangela, Camila, Rodrigo, Michele, Sandra, Joélcio, Juliana, Andréia, Maria Alice, Erci, Luciana, Franciele, Vanilso, Mario Sergio, Elaine e Bruno.

Aos Meus amigos de infância, que permanecem até hoje em minha vida: Lariane, Cleito, Joelma, Maikel e Deise.

A Bruna Souza Nunes, por ser meu poço de segredos e de confiança, a pessoa mais doce que já encontrei em meu caminho, só eu sei como eu amo...

A Jaquerson Cavanha, Oleandro de Vargas Costa e Renato Franco, mais do que amigos, pessoas maravilhosas com as quais sempre poderei contar, para tudo...

A Roneito Saracho Camargo, o irmão que não tem meu sangue...

Ao pessoal do Rio da Prata, bons amigos que conquistei durante o ano, Junior, Dani, Thiago, Márcia, Marcelo e Fernanda.

A Simoni Oliveira, amiga fiel.

A Cladis R. K. Scapini, mulher de fibra, e de extrema confiança para mim, sem dúvida uma das pessoas que nunca esquecerei...

Aos professores que durante esses quatro anos nos guiaram em especial a minha orientadora Gezeli Eberhard, educadora com a qual construí uma ótima amizade e que proporcionou a realização deste trabalho.

Ao Banco da Gente de Jardim-MS que contribuiu com o fornecimento de dados para minha pesquisa bem como as pessoas entrevistadas por mim...

A Caroline Romani e Deivedis Arruda Pinto, além de meus amigos, me ajudaram muito durante esses quatro anos.

As meninas da família Lysik, Samara, Tereza e Sirlei, pessoas especiais para mim...

A Valdinei Ximenes, pessoa que admiro muito.

EPÍGRAFE

“Que os ventos me levem para os melhores caminhos...
Que Deus me guie pelas melhores estradas...
Que em minha vida eu continue encontrando somente pessoas
especiais”...
Tudo sempre pode acontecer...

(Djimi Robert Berwanger

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir acerca de políticas públicas de micro-financiamentos como forma de superação do desemprego no município de Jardim- MS, e para se chegar a tal, analisaremos a partir de um questionário os clientes do Banco da Gente especificando o ramo de confecção como o ramo a ser estudado. Para isso, primeiramente, discutiremos a exclusão social a partir de uma ótica cultural, social e econômica. Ainda dentro desta questão, trabalharemos a idéia de globalização como perversidade, uma vez que a mesma, através dos avanços da técnica, vem substituindo a mão-de-obra humana por tecnologias que estão cada vez mais sofisticadas e tomando os postos de serviço de milhares de pessoas todos os dias, fato este que acaba por impulsionar o crescimento da informalidade. Neste primeiro momento trabalharemos ainda com a questão da qualificação como meio de superação da condição de vida que milhões de pessoas enfrentam atualmente. Em um segundo momento, discutiremos o Banco da gente, sua formação e suas respectivas linhas de crédito, bem como já foi dito, através do questionário, descobriremos o perfil socioeconômico dos empreendedores que procuraram os serviços desta instituição com o intuito de melhoria de vida.

Palavras chave: Exclusão. Desemprego. Qualificação. Informalidade. Micro-financiamentos. Banco da Gente.

ABSTRACT

This study aims to discuss about public politics microfinance as a means of overcoming unemployment in the city of Jardim – MS, and to achieve this, we analyze a questionnaire from the people's Banco da Gente specifying the business of making as the branch to be studied. For this, first we discuss social exclusion from a cultural perspective, social and economic. Also within this issue, we will work the idea of globalization as evil, since the same through the advances of technology, is replacing hand labor by human technological marvels that are increasingly sophisticated and taking the jobs of service thousands of people every day, a fact that ultimately drive the growth of informality. In this work the first time also with the question of classification as a means of overcoming the condition of life that millions of people face today. In a second step, we discuss the Bank's people, their training and their respective lines of credit, as well as already stated, through the questionnaire, we find the socioeconomic profile of the entrepreneurs who sought the services of this institution in order to improve their lives.

Key-words: Exclusion. Unemployment. Training. Informacional. Micro-financing. Banco da Gente.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Sala de uma cliente do Banco do Gente, onde podemos notar maquinas de costura e diversos pacotes contendo tecidos para as confecções.....	51
Foto 2: Máquinas compradas através do financiamento liberado pelo Banco da Gente.	51
Foto 3: Diversos cobertores e forros de cama comprados com o dinheiro liberado pelo Banco da Gente para a revenda.....	51
Foto 4: Várias sacolas contendo roupas que são revendidas pela empreendedora.....	52
Foto 5: Roupas para a revenda, todas etiquetadas.	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico Comparativo – Banco do Povo/Bando da Gente	38
Gráfico 2: Quantidade de Clientes Atendidos pelo Banco da Gente – Jardim - MS.....	42
Gráfico 3: Porcentagem de Financiamentos por Gênero Jardim – MS (2005-2011)	43
Gráfico 4: Porcentagem por Gênero para o Ramo de Confecção Jardim – MS (2005-2011)..	44
Gráfico 5: Banco da Gente – MS Porcentagem de Empreendedores por Atividade no Ramo de Confecção	44
Gráfico 6: Quantidade de Financiamentos Liberados para o Ramo de Confecção 2005-2011	46
Gráfico 7: Banco da Gente – MS/ Jardim (2011) Situação Civil – Ramo de Confecção.....	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios do estado de Mato Grosso do Sul com Agências e Postos Avançados do Banco do Povo até 02/08/2004.....	35
Mapa 2: Municípios do estado de Mato Grosso do Sul com Agências e Postos Avançados do Banco da Gente.....	37
Mapa 3: Planta Urbana de Jardim – MS.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Financiamentos Liberados por ano (2005-2011).....	46
Tabela 2: Tabela Quantitativa de Empreendedores e Seus Respectiveos Filhos	48
Tabela 3: Quantidade de Empreendedores e seus Meios de Sobrevivência.....	48
Tabela 4: Grau de Escolaridade.....	50

LISTA DE SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EI – Empreendedor Individual
FUNTRAB – Fundação do Trabalho
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IMF - Instituições de Micro Finanças
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IR - Imposto de Renda
ISSQN- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MEI – Microempreendedor Individual
MS – Mato Grosso do Sul
ONG - Organizações Não-Governamentais
OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PIS - Programa de Integração Social
SCM - Sociedades de Crédito ao Micro Empreendedor
SETAS - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.
SEBRAE - Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A EXCLUSÃO SOCIAL COMO UMA DETERMINANTE PARA O DESEMPREGO.....	18
1.1. A Técnica como Produtora de Excluídos do Mercado de Trabalho.....	25
1.2. O Trabalho Informal como Forma de Inserção no Mercado Capitalista.....	28
CAPÍTULO II - O BANCO DA GENTE DE MATO GROSSO DO SUL.....	34
2.1. Análise do Perfil dos Clientes do Banco da Gente de Jardim - MS no Ramo de Confecção	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo em seu primeiro capítulo analisar a exclusão social bem como as transformações que o mundo contemporâneo vem sofrendo nas últimas décadas. As inovações tecnológicas modificaram e afetaram principalmente as relações de trabalho e o modo de viver das pessoas que, de uma forma ou de outra, tiveram que se adequar as novas formas de trabalho. Para isso, uma parcela da população, aquela que por alguma razão está fora do mercado de trabalho, submetem-se a situações degradantes de trabalho, abrindo mão de formas de lazer, diminuindo o tempo para estar com suas famílias para poder manter um nível mais digno de sobrevivência para si e seus familiares.

Seguindo essa perspectiva, discutiremos a questão da técnica, que hoje está presente em tudo, desde um brinquedo até a mais moderna aeronave, em um mundo em que as pessoas não precisam sequer ir ao Banco para retirar um extrato. A evolução tecnológica pode ser uma grande oportunidade com muitos efeitos positivos, como por exemplo, os avanços na área da medicina, porém, existe seu lado negativo, uma vez que a tecnologia pode ser uma ameaça para o mesmo homem que tanto a venera, substituindo a mão-de-obra humana por máquinas.

Ao longo da história o homem vem desenvolvendo ferramentas e equipamentos para que ele possa viver melhor, porém esta evolução surtiu efeitos contrários, como o desemprego por exemplo. Porém há que se fazer a ressalva de que o homem não será inteiramente substituído pela máquina porque por trás de uma máquina existe um homem no comando e as máquinas simplesmente facilitam o trabalho do homem diminuindo a mão de obra humana. No entanto enquanto empregos são extintos outros vários surgem com um requisito básico o conhecimento técnico mais avançado do cargo, e aí entra a especialização/qualificação como forma de inserção no mercado de trabalho.

Os que não conseguem se adaptar a essas novas formas de organização de trabalho no sistema capitalista e às novas exigências de mercado, se vêm desempregados e obrigados a repensar e elaborar novas maneiras para garantir sua sobrevivência, e uma dessas maneiras pode ser a informalidade.

No segundo capítulo, analisaremos políticas públicas de micro-financeiros com vista à superação do desemprego no município de Jardim - MS, para tal, analisaremos a instituição financeira Banco do Povo, um Banco criado no estado de Mato Grosso do Sul em 1999 visando facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendedores de

atividades produtivas de pequeno porte, pessoas físicas ou jurídicas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social, bem como experimentar, de forma não lucrativa, novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito. Logo, essa instituição, o Banco da Gente, visa ajudar a parcela excluída da população, concedendo empréstimos, logo, investindo em seus empreendimentos.

Para completarmos essa análise, contamos com a colaboração da agência Bancaria de Jardim- MS, que nos forneceu um relatório contendo dados dos 218 clientes que foram atendidos pelo banco em um período de 06 anos, (2005-2011), a partir disso, selecionamos para o estudo o ramo da confecção, que conta com 17 empreendedores dentre os quais são, 14 vendedoras ambulantes e 3 costureiras.

Visamos com isso discutir o perfil sócio econômico dessas pessoas, bem como o papel e a própria instituição financeira Banco da Gente Jardim – MS.

CAPÍTULO I – O DESEMPREGO COMO UMA DETERMINANTE PARA A EXCLUSÃO SOCIAL.

A formação da sociedade é consequência da organização da espécie humana em comunidade. Pois os seres humanos se agrupam em função de compartilharem objetivos semelhantes. Nesse sentido, para caracterizar-se como comunidade é necessário que existam elementos de integração por parte das diferentes pessoas envolvidas. Assim compreendemos que o não compartilhamento caracteriza-se pela não participação plena e assim gera diferenciação dentro da comunidade/sociedade desequilibrando relativo nível de igualdade. Nessas condições o fator desigualdade pode se manifestar em diferentes circunstâncias, a ponto inclusive de os diferentes níveis de acesso se expressarem, até mesmo pela não participação. Assim a exclusão está relacionada ao não se sentir pertencente ou comum aos princípios e características dominantes, e por isso, padronizantes da sociedade.

Assim a exclusão social se caracteriza pela combinação e existência de outras não participações, como por exemplo, a exclusão do mercado de trabalho que restringe o acesso ao mercado de consumo. Deste modo a falta de meios econômicos, promove um isolamento social. A condição de exclusão pode limitar o acesso aos direitos sociais e civis. Assim compreendemos que o nível de pobreza, condiciona o nível de exclusão. Nessa perspectiva, Melo (2005) argumenta que a pobreza é resultado de um processo social e econômico de exclusão social cultural e política. Nesse sentido a autora acrescenta que a pobreza em certos níveis passa a condicionar carências que resultam para parte da sociedade:

a vivência de insegurança, o excluído não controla seu futuro. Esta tem conotação negativa, significa má integração, seja pelo lado do sistema produtivo, seja pelo lado do padrão de consumo. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais (...). (MELO, p.8, 2005)

A exclusão social trata-se de um conceito relativo dentro de qualquer sociedade particular, pois representa a acumulação progressiva de fatores sociais e econômicos, em que o ato de não participar plenamente do sistema de consumo dentro do modelo capitalista pode estar relativamente ligado ao fato de que o cidadão também não consegue participar plenamente do mercado de trabalho, ou ainda em alguns casos participa mas em condições em que os direitos são limitados, as vezes sem acesso a garantias condicionadas pela Legislação

Trabalhista brasileira, a exemplo de trabalhadores informais, empregadas domésticas, os bóias-frias nos canaviais entre outros.

Nessa perspectiva a exclusão social está presente no Brasil desde a época da colônia, com a constituição de uma estrutura de classes sociais com níveis diferenciados de acesso aos meios de produção na divisão social do trabalho, mantendo a estrutura de classe dominante e a dominada. Relações que são evidentes na sociedade capitalista, e assim ao considerarmos os números do desemprego no país, observam-se reflexos de mudanças no modelo de produção mundial. Assim não se pode desconsiderar os processos econômicos, sociais, políticos e culturais relacionados à formação do mercado de trabalho brasileiro.

E nesse sentido, MATTOSO (1995) destaca que:

A constituição do mercado de trabalho no Brasil só tornou-se possível a partir da década de 30, dado que foi a partir desse período que, ainda de forma bem incipiente e tardia, houve condições econômicas para o desenvolvimento da indústria. Até então a estrutura produtiva era pouco diversificada com as poucas indústrias limitando-se aos ramos produtores de bens de consumo não-duráveis. Por conseqüência, o mercado de trabalho era pouco integrado com os trabalhadores situando-se ainda na agricultura, não existindo grandes concentrações de trabalhadores assalariados. (MATTOSO, 1995 p.103)

Logo o autor destaca ainda que o Brasil se revela como exemplo clássico de um país de passado colonial que começou seu processo de industrialização já na etapa monopolista do capitalismo, após a Segunda Revolução Industrial¹. Elementos como o processo de colonização do país permitem compreendermos e relacionar as dificuldades ao desenvolvimento tecnológico e produtivo, bem como a intervenção do Estado ao garantir a entrada e manutenção do capital internacional na estrutura produtiva no modelo essencialmente capitalista que ficou evidente no século XX.

Nesse sentido o Estado, na década de 1950, promoveu os investimentos em infraestrutura e nas indústrias de base, bem como no estabelecimento das relações com grandes empresas estrangeiras. Através do Plano de Metas², do governo de Juscelino Kubitschek

¹ No desenrolar da Revolução Industrial percebemos que a necessidade crescente por novas tecnologias se tornou uma demanda comum a qualquer nação ou dono de indústria que quisesse ampliar seus lucros. Com isso, o modelo industrial estipulado no século XVIII sofreu diversas mudanças e aprimoramentos que marcaram essa busca constante por novidades. Particularmente, podemos ver que, a partir de 1870, uma nova onda tecnológica sedimentou a chamada Segunda Revolução Industrial. Nessa nova etapa, o emprego da energia elétrica, o uso do motor à explosão, os corantes sintéticos e a invenção do telégrafo estipularam a exploração de novos mercados e a aceleração do ritmo industrial... <http://www.brasilescola.com/historiag/segunda-revolucao-industrial.htm> 03-11-2011.

² No começo de seu governo, JK apresentou ao povo brasileiro o seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no

(1956 -1960), foram firmadas as bases para a acumulação capitalista no Brasil, mediante uma sensível transformação das relações entre o Estado e a economia.

Sobre o papel do Estado nesse contexto, Ianni (1992, p.163) destaca que “A atuação do Estado operou-se no sentido de abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos infra-estruturais e expansão da indústria de base, tal como a automobilística (...)”. Assim evidenciando a contribuição/responsabilidade do Estado frente à promoção de garantias para a reprodução do capital. O padrão desenvolvimentista instaurado nos anos 1950 alcançou um patamar elevado durante esses anos, o que permitiu a instauração de novos pólos industriais no país. Desse modo vale destacar que a partir do final da década de 1960, o Brasil começou a experimentar um período de acentuado crescimento econômico que desaguou no “milagre econômico”, sustentado pela expansão do setor de produção de bens de consumo duráveis.

Porém, a partir da crise do milagre brasileiro, tornou-se evidente as limitações do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração de renda. Mattoso destaca que nesse contexto,

a economia brasileira tornou-se cada vez mais instável, passando a se caracterizar pela desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto), redução do investimento privado, aumento da inflação e agravamento dos problemas do balanço de pagamentos. (MATTOSO, 1995.p 116).

Desse modo Faria (1986) destaca que se até a década de 1950, o Brasil ainda era um país essencialmente agrário, com o número de empresas e indústrias limitando-se aos setores produtores de bens não-duráveis, e grande parte dos trabalhadores situando-se na agricultura, nas décadas seguintes o país experimentou um processo de modernização intenso, que, no plano do mercado de trabalho, se revelou na expansão do emprego assalariado com registro formal, com a incorporação crescente de trabalhadores na indústria e nas atividades terciárias. Ainda para o autor este processo acabou gerando a expectativa de uma maior generalização das novas oportunidades ocupacionais criadas por essa dinâmica, da redução dos níveis de miséria e à elevação da integração econômica e do mercado de trabalho nacional, o que, no entanto, não ocorreu.

Ao longo dessas décadas o crescimento contínuo das cidades como um reflexo direto do êxodo rural passou a destacar a pobreza urbana, tornando-a um problema social com

investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria.

dimensões nacionais, uma vez que a concentração de renda e da riqueza propiciou uma grande diferenciação econômica e social entre as classes sociais e as regiões do país.

Além disso, apesar do desenvolvimento econômico ter proporcionado grandes e novas oportunidades empregatícias, com a ampliação dos salários e da formalização das relações contratuais nas relações de trabalho, reproduziram-se, também, neste período, formas precárias de inserção no mercado de trabalho o que acaba por reproduzir também o excedente de força de trabalho no país, os quais passaram a compor o “exército de reserva”, expressão utilizada para retratar a concentração de trabalhadores desempregados, a margem do mercado de trabalho, mas aptos a assumirem as possíveis vagas, caso essas venham existir.

No entanto a condição de desemprego revela-se como aptidão para não participação do sistema de consumo. O chamado “exército reserva” é composto por trabalhadores, assim candidatos as possíveis vagas, nesse sentido promovendo o efeito negativo diante do movimento de reivindicação dos sindicatos. Pois frente à existência de trabalhadores ociosos a classe dominante composta pelos patrões, passa a argumentar que outros candidatos se oferecem como aptos a aceitarem condições que estão sendo questionadas. Assim Souza (2002 p. 27) argumenta que “Os trabalhadores à procura de emprego ou engajados numa atividade precária qualquer formam um conjunto que puxa para baixo os salários dos empregados com carteira assinada (...)”. Pois diante das poucas oportunidades acabam aceitando as condições impostas pelo mercado.

Logo, a temática da exclusão passou a ganhar destaque no país na década de 1970, diretamente relacionada ao crescimento econômico, advindo do período ditatorial brasileiro. MATTOSO,1995 p.32 afirma que, o Brasil experimentou, após a segunda guerra mundial, taxas elevadas de crescimento econômico, o que tornou possível a maior geração de emprego, quando comparado com outros países.

No entanto, este processo não resultou em uma melhor distribuição de renda, pelo contrário, segundo o autor na década de 1970 no Brasil já “(...) tínhamos uma complexa estrutura industrial e um mercado de trabalho urbano crescentemente integrado, mas com baixos salários, elevado grau de pobreza absoluta e altíssima concentração da renda” (MATOSO, 1995, p.10). Características resultantes de um modelo produtivo desenvolvido para a industrialização do país, que não conseguiu manter elevado o nível de geração de postos de trabalho, pois, como diria Milton Santos, em função do avanço “técnico-científico-informacional” ao qual o país vinha sendo gradativamente inserido, o ritmo da geração de emprego desacelerou.

Assim no período da ditadura militar (1964-1985) houve certa ampliação da cobertura do sistema de proteção social³. No entanto os direitos sociais e o sistema de relações de trabalho foram expostos à lógica da acumulação capitalista. No entanto segundo Mota (1995) esse período se caracterizou por uma expansão seletiva da seguridade social diretamente relacionada ao modelo econômico e político da ditadura, que em nada alterou o padrão de seletividade característico da política social brasileira.

A expansão das relações neoliberais propiciaram o processo de privatização de algumas áreas da política social, o que permitiu:

a penetração do grande capital no sistema e, de certa forma, reforçando as diferenciações de consumo, de acordo com a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, seja pelo aumento dos custos de bens e serviços, seja pelos modos de seletividade quanto ao acesso dos referidos bens e serviços (MOTA, 1995, p. 139-140).

Podemos observar que no Brasil a concentração de renda e benefícios nas mãos das pessoas que detém o capital foi uma condição necessária para a reprodução do mesmo. Nesse sentido, Pedro Demo (1998) argumenta que o modelo econômico, no qual a renda se concentra nas mãos de poucos favorece a concentração de capital, resultando num aumento substancial do número de pobres e miseráveis do país. Àqueles não inseridos no sistema, resta somente vender a sua força de trabalho sem, contudo, se tornarem aptos aos privilégios existentes. Assim a opção brasileira acabou proporcionando exclusões na medida em que priorizou interesses do grande capital.

Nessa perspectiva a fim de amenizar as conseqüências da exclusão social são realizadas ações paliativas, propondo estratégias de inclusão social, o que no Brasil tem sido alcançado a partir de políticas públicas dirigidas concretamente para o resgate e a incorporação da população marginalizada, oferecendo condições e acesso à organização social, onde trabalhadores antes excluídos passam a participar do sistema como consumidores, na medida em que podem participar do processo produtivo.

Vale destacar que a condição de vivência da exclusão é o resultado de uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais acelerada pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados.

³ As ações governamentais se concentravam, basicamente, nas áreas de saúde, educação, assistência social, suplementação alimentar e programas habitacionais, para além da já estruturada área da previdência social, pioneira na oferta de proteção pecuniária. Deste ponto de vista, a organização de um sistema previdenciário na sua origem obedece mais aos postulados da capitalização e do seguro social, o qual, embora se aproximasse um pouco mais de um modelo público de proteção social, era detentor de um caráter fortemente segmentado e corporativo (DELGADO, 2001, p. 96).

A análise do problema dos excluídos, como bem assegura Oliveira (1997), não pode ser enfocada simplesmente pelo aspecto econômico. Ainda para o autor, este problema somente poderá ser enfrentado se assumirmos uma postura ética em defesa de um modo de vida digno para todos, afirmando que “o fato é que os excluídos, aparentemente postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são no momento considerados desnecessários” (OLIVEIRA, 1997, p.121). Uma vez que não tem serventia perante a sociedade, pois por não terem qualificação/capacitação necessária para assumirem os postos disponíveis, não se enquadram enquanto mão-de-obra, pois os postos de trabalho disponíveis são altamente tecnicizados devido ao processo de mecanização e informatização. Assim além de não terem como assumir as vagas de trabalho disponíveis, são excluídos. Consequentemente não possuem meios para serem consumidores do mercado capitalista, devido a sua condição de não inserção no mercado de trabalho são incapacitados de atender a lógica posta. Nem produtores, nem consumidores, logo excluídos.

Uma visão dimensional do problema é fundamental para que possamos analisar a exclusão, pois, ao determinarmos qual ou quais dimensões da exclusão social estão sendo trabalhadas, mais fácil se torna o enfrentamento delas, possibilitando a elaboração de diferentes estratégias conforme o aspecto da exclusão, tendo em vista que essa atinge e causa problemas em diferentes estágios. Dentre os quais podemos destacar o desemprego, que é um dos temas em debate e que causa e agrava a exclusão social, uma vez que, além de atingir diretamente a parcela mais pobre da população, passou também a ser um problema da classe média mundial, que ao estar desempregada passa a sofrer outras exclusões, tais como do sistema de consumo, moradia, educação, cultura etc.

Portanto, o desemprego é apontado como uma das principais causas da exclusão social vigente – mas não a única –, seja ela em países subdesenvolvidos, caso do Brasil, ou em outros países considerados desenvolvidos. Nesse sentido ressaltamos que o desemprego é apenas uma faceta de um problema maior, a crise da sociedade que nas condições de altos níveis de desempregabilidade apresenta outros problemas, tais como a falta de acesso ao sistema de moradia, ao mercado de trabalho onde as relações de informalidade são apontadas em um contexto em que se intensificam outros problemas, como a violência, por exemplo.

A partir do advento capitalista mundial, marcado pela deterioração das relações de trabalho, uma quantia cada vez maior da população tem se sujeitando às condições de trabalho nas quais as jornadas de trabalho são cada vez mais longas, a remuneração é menor e ainda não contam com uma proteção legal por realizarem atividades sem nenhum tipo de registro ou

contrato como a carteira de trabalho⁴, constituindo a aceitação da informalidade. A carteira de trabalho, nesse sentido, teria como objetivo, deixar todos os registros marcados na carteira de emprego, todas as anotações possíveis sobre seu atual e seus antigos empregos, o nome do empregador, o CNPJ⁵ da empresa, a data de admissão ou contratação, a data de saída da empresa, o valor que era o seu ordenado, as horas que dever-se-ia trabalhar semanalmente, as horas extras que eram feitas ou seja todos os tipos de condições relacionadas a experiência profissional.

Mas vale reconhecer que aqueles que estão em atividades informais, muitas vezes precárias, fazem parte do grupo que espera conseguir um emprego formal, com maior qualidade, segurança e estabilidade, caso o mesmo venha a existir. Assim os trabalhadores informais são em primeira instancia considerados candidatos aos possíveis postos formais, aceitando as condições de precariedade da informalidade enquanto uma condição temporária, a ser abandonada a partir de garantias a serem “conquistadas” com a formalização de sua condição enquanto empregado formal.

Nesse sentido, a exclusão social pode ser vista como uma situação de falta de acesso as oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. Logo, consideramos que a integração social é o processo que viabiliza o acesso e a vivencia de relações constituídas no modelo de organização social vigente, o que se estabelece a partir de oportunidades que signifiquem a (re) inserção de todos, inclusive dos excluídos, que não participam plenamente e por isso não atendem ao padrão estabelecido. Mediante tal contexto se desenvolvem políticas públicas que ao serem implementadas significam a oferta ao acesso de oportunidades oferecidas através de sua inserção, como um emprego, podendo assim, conseguir uma moradia mais digna e melhores condições de vida. Logo, essas pessoas que precisam “garantir” condições mínimas de sobrevivência precisam também realizar investimentos a fim de se capacitarem, para estarem aptos a ocupar diferentes funções nos diferentes segmentos. Pois o nível de capacitação tem sido importante diferencial para uma nova oportunidade de inserção.

Por isso mesmo enquanto desempregado, o trabalhador precisa estar em freqüente processo de qualificação para diversificar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. O que não depende apenas do seu interesse, mas das condições de acesso ao

⁴ A carteira de trabalho e previdência social é um dos documentos que são necessários para todo brasileiro, alias é um direito de todo brasileiro ter esse documento. Com a carteira de trabalho o empregado ou funcionário mantém os seus direitos enquanto trabalhador, como férias, décimo terceiro, licença saúde, aposentadoria, seguro desemprego, entre outros benefícios garantidos pela legislação trabalhista.

⁵ CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

processo de qualificação que em geral demandam investimentos não disponíveis. Assim a capacitação continuada tem se evidenciado como ferramenta de enfrentamento de condições de não acessos. Assim de acordo com Eberhard (2004) quanto a possíveis políticas públicas cabe ao Estado reconhecer que a especialização ajuda o trabalhador a ter maiores chances no momento de concorrer a um novo emprego, ou ainda desenvolverem atividades produtivas que possam gerar renda e assim minimizar os efeitos da falta de acesso ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, alguns governos reconhecem que a condição de exclusão pode se perpetuar na medida em que se torna permanente na vida dos trabalhadores. Assim na busca por remediar as conseqüências da exclusão social, políticas de inclusão são desenvolvidas pelo Estado visando gerar um equilíbrio e amenizar outros problemas que se sucedem no contexto da exclusão social. Tais políticas por meio de transferência de renda como programas de Bolsa Escola funcionam ao condicionar que o recurso será transferido mediante a exigência de frequência de alunos oriundos dessas famílias no sistema educacional.

Dentre outros fatores que se destacam devido à exclusão social podemos citar a violência que se manifesta pela banalização da delinqüência, corrupção em níveis governamentais, carência de recursos para obter um “*status*” pronunciado pelo consumo desenfreado que a crescente modernização requer. A falta de escolaridade é outro fator que contribui com o aumento do índice de exclusão, isso porque converte à falta de aperfeiçoamento técnico que garante melhores condições trabalhistas, falta de perspectiva econômica, falta de dignidade e auto-estima, fatores estes que dificultam na hora de conseguir um bom emprego, pois o mercado exige elementos tais como qualificação e experiência previa os quais demandam aplicação de recursos.

Logo, a falta de emprego também contribui para a criação de um sistema solidificado do capitalismo em que a busca do lucro e o individualismo se sobrepõe à maioria da sociedade, o que acaba por gerar subempregos como alternativas de sobrevivência humana, as quais como já indicamos anteriormente ocorrem a partir de atividades e empregos informais.

1.1. A Técnica como Produtora de Excluídos do Mercado de Trabalho

O desemprego é no atual período característica necessária para manter a classe trabalhadora sob domínio e dependência, assegurando inclusive o controle, pois devido ao nível de concorrência, o processo se dá com a individualização de interesses,

descaracterizando qualquer manifestação sindical por questionamento das condições postas, que se manifestam por meio de longas jornadas de trabalho, da informalidade nas relações trabalhistas, da desvalorização salarial etc.

Desse modo o desemprego tem sido elencado como problema de destaque da sociedade, mas a questão não se limita ao fato de o número de trabalhadores ser maior do que a quantidade de vagas. Soma-se a isso o fato de que a grande massa de trabalhadores não apresenta nível de capacitação adequada para terem acesso a vagas que exigem aprimoramento e domínio das técnicas empregadas no atual modelo de produção. O qual em função da evolução “técnica informacional” temática discutida por Santos (1994, p 83), promove a substituição do homem pela máquina, restringindo sua participação no processo produtivo, onde ainda de acordo com o autor “a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares”. Como se vê, a técnica é parte essencial no atual sistema capitalista, atingido todos os setores, em toda parte, isto é, mesmo provocando efeitos como o do crescente desemprego, ainda é aliada do homem quando facilita o trabalho e favorece o progresso econômico. Porém, os avanços tecnológicos podem conseqüentemente tornar o homem dependente devido ao grau de alienação do processo produtivo, mas ao tirar emprego de muitos trabalhadores, a técnica é transformada sua inimiga.

Nessa perspectiva o que acontece é que atualmente a força de trabalho humana está sendo substituída por máquinas que exercem o mesmo serviço, e na maioria das vezes com maior precisão e em menor tempo, logo, a máquina torna-se mais viável/lucrativa, perante as exigências mercadológicas do mundo contemporâneo, onde tempo é dinheiro. Assim as tecnologias empregadas garantem maior lucratividade, em função até mesmo da diminuição de custo com contratações e seguridades sociais, nesse sentido garantindo a mais-valia, ou seja, o valor, em forma de lucro, aferido sobre o custo da produção.

Como destaca Rifkin (1995, p.17) "o desaparecimento da mão-de-obra como fator chave da produção, emergirá como o crítico assunto pendente da sociedade capitalista". O autor ressalta que encontramos-nos em uma fase em que é preciso de cada vez menos trabalhadores para a criação de bens e serviços para a população mundial, conseqüentemente, a falta de empregos crescente tende a se tornar uma agravante de outros problemas, uma vez que a tecnologia avança cada vez mais e deixa o homem de fora do processo produtivo.

Nessa perspectiva, para Marx (1975, p.48) “Se a máquina é o meio mais poderoso de aumentar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário a produção da mercadoria, ela se torna como esteio do capital (...)”. Dito isto, é evidente que o

mundo gira em torno da economia, e é claro também, que a economia é movida pelos avanços da técnica, logo, uma máquina capaz de poupar o tempo que antes seria gasto por muitos trabalhadores, permite a diminuição dos custos, ou melhor, gastos relativos ao pagamento de salários. Assim a máquina torna-se elemento essencial para a agilização do processo produtivo, por garantir maior lucratividade. Ainda vale destacar que a mesma é necessária e determinante no processo produtivo, de modo que cada vez mais é implantada a favor da humanidade, mesmo que destruindo postos de trabalho.

A lógica da discussão do papel da máquina na criação de desempregados, não é pela qualidade em si mesma, haja visto que a mesma é indispensável. No entanto a temática colocada se dá efetivamente pela capacidade de substituição, pois com a inserção da máquina no processo produtivo, o número de postos de trabalho diminuem, restringindo assim o acesso a funções que permitiriam remuneração e por isso fonte de renda aos então desempregados. Assim, mesmo que fosse uma máquina por um trabalhador, os reflexos ainda seriam questionáveis, devido a capacidade de diminuição da participação de humanos no processo, o que evidentemente restringe a capacidade desses em participarem do sistema de consumo.

Outro importante fator é a questão relativa a organizações sindicais, pois no caso das máquinas, o sistema não promove pressões legislativas, assim se apresenta como garantia de produção contínua. Vale destacar que, independente do nível tecnológico o homem (deveria) continuar sendo o principal componente, pois ainda é o sujeito de qualquer trabalho, por maior que seja a tecnologia agregada ao processo, o destino da produção é o consumo e nesse sentido, o sistema necessita da capacidade de compra da sociedade. A qual é organizada em classes sociais, de forma que a capacidade de consumo é respectivamente distinta, pois consumo depende da capacidade de compra de cada classe. Assim, se não houverem potenciais compradores emergirá na sociedade capitalista uma crise econômica que acabará atingindo ambas as classes sociais, dominantes e dominadas.

A idéia de um futuro, e esse não muito distante, com cada vez menos empregados devido às crises financeiras e momentos de transição que o mundo passa atualmente, evocam em uma perspectiva sombria, onde a falta de emprego é apenas um dos muitos problemas relacionados com as disparidades sociais, dentre os quais se destacam principalmente o abismo entre os que têm muito e os que não têm nada. Afinal, as diferenças sociais são agravadas pelos problemas do desemprego, e ainda, quanto maior o número de desempregados, maior será a disponibilidade de mão-de-obra, tão logo, a imensa massa de desempregados força os salários dos trabalhadores a níveis tão baixos que, como consequência direta, haverá a diminuição da capacidade de consumo por parte da população

diminuindo o lucro da indústria, por exemplo. E esse não é o quadro desejável frente ao modelo vigente.

1.2. O Trabalho Informal como Forma de Inserção no Mercado Capitalista

Como enfrentamento da falta de acesso ao mercado de trabalho como forma de sobrevivência, muitos trabalhadores optam por alternativas como forma de gerar renda. Desenvolvendo atividades informais, às vezes na condição temporária, até que encontrem a possibilidade de melhores condições, ou pelo menos estabilidade. O trabalho informal é caracterizado como a prática de uma determinada atividade econômica sem que hajam registros oficiais, como, por exemplo, registro de firma, assinatura da carteira de trabalho, emissão de notas fiscais, ou algum tipo de contribuição e contrato social de empresa.

O fato é que ao identificarem possibilidades de geração de renda, passam a realizar trabalhos ou produzem sem muitas vezes nem um tipo formalização. Vendendo marmiteira, roupas, salgadinhos para vizinhos, ou mesmo produzindo e realizando propagandas. O fato é que essas iniciativas se colocam em um contexto em que cidadãos buscam ter acesso a fontes de renda para manterem-se. Nesse sentido, no Brasil, as discussões sobre a temática relacionam a informalidade como a consequência do excesso de tributos, burocracia para atuar legalmente, falta de postos de trabalho disponíveis ou ainda mesmo acessíveis devido à falta de qualificação, entre outros fatores, sendo que a informalidade muitas vezes é colocada como uma condição temporária, uma alternativa para participar de alguma forma produtiva e assim permanece para muitos em função da dificuldade de se adequar às exigências legais e formais.

No entanto vale destacar que a informalidade das relações trabalhistas, bem como nos registros empresariais revelam a expansão de iniciativas particulares de pessoas que precisam ter acesso a atividades produtivas e por isso acesso a atividades remuneradas. Logo, esse setor em expansão se mostra um meio múltiplo, perpassando pelos mais diversos setores da economia, com as mais variadas profissões, como por exemplo, a de moto-taxistas que apesar da visibilidade por parte do poder legislativo⁶, ainda não é uma profissão regulamentada, elemento que condiciona ser considerada uma atividade informal. Atualmente existem mais de 20 projetos de lei na Câmara Federal e no Senado com vistas à

⁶ Atualmente existem mais de 20 projetos de lei na Câmara Federal e no Senado com vistas à regulamentação das atividades de moto-taxista. Tal é a repercussão dessa questão, que em cerca de mil cidades o serviço é regulamentado e pelo menos mil outros municípios convivem com o serviço clandestino, realizado na informalmente.

regulamentação das atividades de moto-taxista. Tal é a repercussão dessa questão que cerca de mil cidades têm o serviço regulamentado e pelo menos mil outros municípios convivem com o serviço informalmente.

A ausência de regularidade nesses casos está relacionada ao fato de que o poder público não reconhece e por isso ignora tal atividade de transporte, deixando que a mesma seja exercida sem nenhum tipo de controle, conseqüentemente podendo ser realizada por pessoas despreparadas, colocando em risco a vida dos usuários que dependem deste serviço, alternativo ao transporte público, que as vezes não existe e quando é implantado é ineficaz ou superlotado/explorado. Frente à discussão da informalidade de moto-taxistas e mesmo taxistas é inegável a necessidade de que tais atividades se dêem pela mobilidade e até mesmo flexibilidade de horário e percursos. Além de que representam fonte de renda significativa aos trabalhadores envolvidos e conseqüentemente a economia local, pois em média tais “empreendedores” em um conjunto de 50 trabalhadores representam a circulação de aproximadamente R\$ 65.000,00 por mês na economia local, isso se considerarmos que isoladamente cada moto-taxista em média movimenta cerca de R\$ 1.500,00 por mês.

Dentre outras profissões que permeiam a informalidade vale ainda destacar os *personais trainers*, os prestadores de serviços gerais e principalmente os vendedores ambulantes, os quais se sub-dividem em diversos ramos e atividades econômicas. Entre esses profissionais, muitos desejam ter sua carteira assinada com todos os benefícios que isso pode trazer, porém alguns seguem no sentido contrário, e vêm na informalidade o seu caminho profissional. Evidentemente as formas de atividades informais se diferenciam. Isso depende do nível da organização econômica e do desenvolvimento. Logo, alguns desses profissionais preferem a informalidade por acreditarem que trabalhar por conta própria pode ser bem melhor do que trabalhar de empregado para os outros, ignorando leis trabalhista que envolvem direitos e tributações legislativas.

Frente a tais condições há por parte de alguns governos, a implementação de políticas públicas de inclusão. Mesmo que realizadas de forma pontual, em apenas poucos municípios permitem o enfrentamento da marginalização que não se pode ignorar, enquanto mundo social a parte, criando sub-grupos ou ainda sub-humanos nas categorias de mendigos, pedintes, catadores entre outros que surgem a medida em que o nível de exclusão social se intensifica.

Dentre as políticas públicas desenvolvidas podemos destacar as iniciativas de fortalecer empreendedores informais incentivando-os a formalização. Nessa perspectiva no Brasil o Governo Federal criou em 2009 o Programa Empreendedor Individual (EI), que cria

condições especiais para a legalização e formalização de negócios a partir da isenção de impostos. O projeto é voltado para profissionais que trabalham por conta própria no comércio, na indústria ou na prestação de serviços, ou seja, em diferentes setores econômicos, o que como medida de longo prazo permitirá o fortalecimento de tais segmentos na economia, podendo assim gerar novas vagas de trabalho e inserir novos trabalhadores.

Para participar é preciso ter faturamento anual de até R\$ 36.000,00. O empreendedor não pode ter participação em outra empresa como sócio nem titular. Além de ter, no máximo, um funcionário contratado que receba salário mínimo ou o piso da categoria. A proposta é que com o negócio formalizado, o empreendedor terá registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), condição que facilita a abertura de contas bancárias, pedidos de empréstimos e emissão de notas fiscais. Além de ter auxílio técnico do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Outra vantagem é que essa categoria é enquadrada no sistema tributário Simples Nacional, ficando isento dos impostos federais como Imposto de Renda (IR), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O empreendedor pagará apenas um valor fixo mensal de R\$ 61,10 para prestação de serviços e R\$ 56,10 para comércio e indústria destinados à Previdência Social e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Com a cobertura previdenciária, o empreendedor ainda conta com os benefícios da aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade. Nessa perspectiva cabe destacar que os reflexos positivos da formalização não podem ser ignorados sob pena de não ter acesso a direitos constitucionais.

Frente ao reconhecimento da capacidade de pequenos empreendimentos/negócios permitirem parcialmente a superação de problemas, relacionados ao desemprego muitas iniciativas tem reforçado o potencial de inserção desses negócios de pequeno porte nas economias locais. Dentre os segmentos que reconhecem estas iniciativas de Organizações não Governamentais, e mesmo Governos, em diferentes esferas, que passam a gerir ações para o fortalecimento com vistas à formalização, como o caso do Programa Empreendedor Individual. Ainda nessa perspectiva existem ações relacionadas ao microcrédito, como os chamados “Bancos do Povo”, “Banco da Gente”, “Banco Solidário” e outros, que permitem acesso a pequenos financiamentos, os quais são destinados a investimentos fixos em estrutura, compra de máquinas, compra de matéria-prima para a produção e revenda, ou mesmo compra

para revenda direta, o que tem permitido tais clientes/trabalhadores se colocarem como empreendedores.

Quanto à gestão do crédito vale ressaltar a experiência relacionada ao *Grameen Bank*, resultado da experiência ousada de um professor de economia de Bangladesh, Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz no ano de 2006 por ser considerado o grande mentor do microcrédito destinado aos desfavorecidos de Bangladesh. Na década de 1970, colocou em funcionamento naquele país um banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor a pessoas pobres, financiando pequenas quantias que eram necessárias a compra da matéria-prima para a confecção de peças artesanais que ao final do dia eram vendidas. Essa experiência, internacionalmente revelou-se um sucesso na concepção de um modelo de concessão de crédito de pequenos montantes – daí *microcrédito* – aos mais pobres, sem acesso ao sistema financeiro formal (YUNUS, 2000). Este passou então a ser implementado em várias instituições ao redor do mundo, seguindo basicamente o modelo e a experiência do *Grameen Bank*,

Quanto às iniciativas governamentais, observa-se que de modo geral não existe uma vinculação entre a concessão do empréstimo e sua utilização, ainda que, na sua forma mais comum, o crédito seja concedido para financiar uma atividade produtiva do tomador do empréstimo, com vistas à geração ou ao aumento da sua renda, Constanzi (2002, p.43) chama a atenção para o fato de o microcrédito ser um "mecanismo sustentável de combate à pobreza e à exclusão social". O microcrédito é desenvolvido tendo como foco principal os pobres e os micro empreendedores de baixa renda cedendo empréstimos de pequenos e médios valores que contam com a adoção de esquemas de pagamento que garantam o retorno do capital emprestado, de forma a reduzir ao mínimo o risco de inadimplência, ao mesmo tempo em que criam incentivos à adimplência.

Tais incentivos decorrem do fato de concederem-se pequenos valores iniciais de empréstimos, renováveis e crescentes à medida que as pessoas quitarem seus débitos. Os pagamentos geralmente são mensais, e realizados em curto prazo (na maioria das instituições esse prazo gira em torno de doze meses), geralmente sem carência. O controle da inadimplência tende a ser rígido, implicando na não prorrogação nem rolagem de dívidas. Nesse sentido ao que diz respeito ao Brasil, vale ressaltar que na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), o programa Comunidade Solidária trouxe o microcrédito para a mesa de discussão na figura de uma alternativa estratégica de combate à pobreza, ao tempo em que adotaram-se medidas no sentido de estimular sua

discussão e seu desenvolvimento. O Comunidade Solidária elaborou um manual de introdução ao microcrédito, no qual coloca que:

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores. (Barone *et al*, 2002, p. 11)

Assim de acordo com Barone (2002) os reflexos do microcrédito perpassam a esfera do empreendimento, repercutindo segundo o autor na melhoria das condições de vida do beneficiado. E ainda na própria economia, pois a melhoria na qualidade de vida leva em conta, ou melhor, movimentam diferentes setores e segmentos do conjunto econômico, pois aumenta-se o número de pessoas aptas a consumirem, ou mesmo diversifica a mercadoria, que pode dizer respeito ainda a produtos mais baratos, e por isso acessíveis, pois concorrem com o mercado vigente, as vezes dominante.

A regulamentação da atividade de concessão de microcrédito no Brasil estabelece que ela pode ser realizada pelas seguintes instituições, chamadas Instituições de Micro Finanças (IMF), sem fins lucrativos, Organizações Não-Governamentais (ONG) qualificadas a atuarem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); e as instituições com fins lucrativos: Sociedades de Crédito ao Micro Empreendedor (SCM), equiparadas a instituições financeiras, supervisionadas pelo Banco Central, e demais instituições financeiras ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Deve-se acrescentar a esta lista de instituições os chamados “Bancos do Povo”, os quais geralmente estão ligados a Governos Locais e funcionam sem supervisão da autoridade monetária, operando com taxas de juros geralmente subsidiadas, utilizando recursos de fundos orçamentários específicos, e é nessa perspectiva que abordamos o “Banco da Gente” do estado de Mato Grosso do Sul.

A atuação do Estado como provedor de microcrédito pode criar problemas ao desenvolvimento de um setor privado de micro finanças. Pois na maior parte dos programas que têm o Estado como provedor, estes costumam ser subsidiados, o que cria uma concorrência desleal contra a qual as instituições privadas podem bem pouco. Outras críticas à atuação do Estado dizem respeito à influência e ingerência política direta, à fragilidade dos critérios de seleção e de supervisão ineficiente, bem como à possibilidade de descontinuidade dos programas em face das mudanças de grupos políticos no poder (Passos *et al*, 2002; González-Vega, 2001; Barone *et al*, 2002)

Moreira (2002, p.19), fala na adequada visão que o estado deve adotar em relação ao microcrédito, tratando-o não como política compensatória, mas como uma política de integração de empreendimentos populares de pequeno porte ao processo geral de desenvolvimento. O mesmo autor defende ainda que o Estado atue como financiador das organizações de microcrédito, tornando-se parceiro na constituição e desenvolvimento dessas instituições.

CAPÍTULO II - O BANCO DA GENTE DE MATO GROSSO DO SUL

Reconhecendo os aspectos econômicos relacionados aos pequenos empreendimentos, geralmente informais, no Brasil, alguns governos acabam incentivando ações para tal grupo. Assim, o governo do estado de Mato Grosso do Sul, apóia pequenos empreendimentos com a concessão de micro-financiamentos através do “Banco da Gente”, uma instituição de microcrédito que tem a finalidade de facilitar o acesso ao crédito, garantindo assim o crescimento e consolidando empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, através de ações/financiamentos do banco que é um programa de governo do estado de Mato Grosso do Sul, criado no Governo de Andre Puccinelli em sua primeira gestão (2006-2010)

Enquanto gestão de Bancos por parte de Governos ressaltamos que no estado de Mato Grosso do Sul, a primeira experiência implementada, foi desenvolvida sob o nome/denominação de “Banco do Povo”. Criado por meio do Decreto nº 9.300, de 1º de janeiro de 1999, no primeiro mandato do Governador José Orcílio Miranda dos Santos – (PT) (1999-2002/2003-2006). A criação se deu com a instauração de um grupo de trabalho para a elaboração e implantação do programa já no início do seu primeiro mandato.

Segundo Eberhard (2004) a implantação do Banco do Povo em Mato Grosso do Sul ocorreu de forma gradual, com a implantação de agências no interior do estado. De forma que priorizou municípios que apresentavam melhores condições de desenvolver atividades capazes de gerar emprego e renda.

No discurso oficial, de acordo com declaração do governador José Orcílio Miranda dos Santos, o então Banco do Povo em 2003 era:

(...) um mecanismo criado para combater a exclusão social e promover a geração de emprego e renda. A exemplo dos programas Bolsa Escola e Segurança Alimentar, o Banco do Povo é um dos braços da política social implantada pelo Governo Popular. Um dos nossos maiores desafios para os próximos anos é justamente a geração de emprego e renda. O programa Segurança Alimentar combate a fome mas isso não é o suficiente. O povo precisa de emprego, para que possa ter renda e viver com dignidade (...). Não encontrando vagas no mercado muitos partem para iniciativas próprias formais ou informais de geração de renda. Essas iniciativas contribuem para diminuir o impacto social do desemprego. Acreditando que os pequenos negócios são alternativas viáveis para a geração de renda e emprego, implantamos o Banco do Povo. A experiência com a instituição nos leva a crer que o estímulo aos pequenos negócios

individuais e também o financiamento de projetos coletivos, como cooperativas de produção de produtos agropecuários e manufaturados, é um dos mecanismos que o estado tem nas mãos para combater o desemprego. (REVISTA BANCO DO POVO, 2003, p.06)

Ainda segundo Eberhard (2004) até a data de 02/08/2004, o Banco do Povo tinha 11 agências, deste modo atendia através de agencias fixas, 16 municípios do estado. Abrangendo os municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá/Ladário, Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana/Anastácio, Jardim/Guia Lopes da Laguna, Coxim, Naviraí, Paranaíba, Nova Andradina/Batayporã. Através de postos avançados⁷, atendia ainda os municípios de Rio Brillhante, Maracaju, São Gabriel do Oeste e Caarapó. Como pode ser visto na Figura 1.

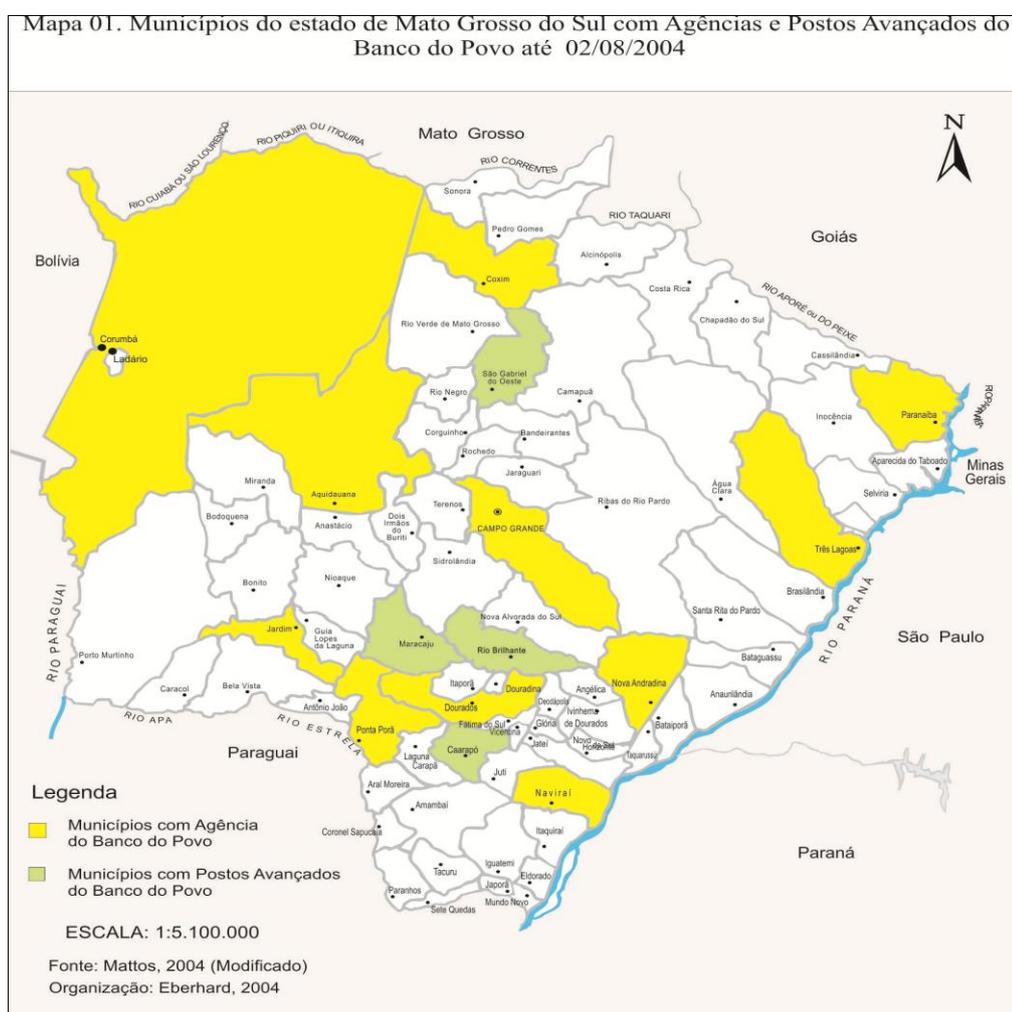


Figura 1: Municípios do estado de Mato Grosso do Sul com Agências e Postos Avançados do Banco do Povo até 02/08/2004

Fonte: Matts, 2004 (Modificado).

Org.: Eberhard, 2004.

⁷ Os chamados Postos Avançados eram fruto das chamadas parcerias do Banco do Povo com outros órgãos, enquanto que nas Agências havia um número maior de funcionários, nos Postos Avançados existia um só, o qual desempenhava todas as funções existentes nas Agências.

Com a mudança de governo, a partir da gestão de André Puccinelli o então “Banco do Povo” passou por um processo de auditoria e recebeu a denominação de “Banco da Gente”. A mudança que se deu não foi apenas de nome, houveram mudanças de gestão e estrutura organizacional. Uma vez que passou a ser regido pelo Conselho de Administração e sua gestão diária fica por responsabilidade da Diretoria Executiva, que é eleita na Assembléia Geral dos Associados.

Assim o Banco da Gente-MS, tem se colocado para facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, pessoas físicas ou jurídicas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social, bem como experimentar, de forma não lucrativa, novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito. Logo, essa instituição, o Banco da Gente, visa ajudar a parcela excluída da população, investindo em seus empreendimentos.

A instituição está em constante crescimento, em 2004 quando ainda era o “Banco do Povo” eram 11 filiais, hoje esse número dobrou, passando para 30 agências, localizadas nos seguintes municípios: Campo Grande, Anastácio, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Batayporã, Cassilândia, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Dourados, Eldorado, Iguatemi, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porá, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Três Lagoas, contando ainda com Postos de Atendimento nos municípios de Sonora, Alcinópolis e Bodoquenas⁸. (Figura 2)

⁸ <http://www.bancodagente.ms.gov.br>

Mapa 02. Municípios do estado de Mato Grosso do Sul com Agências e Postos Avançados do Banco da Gente

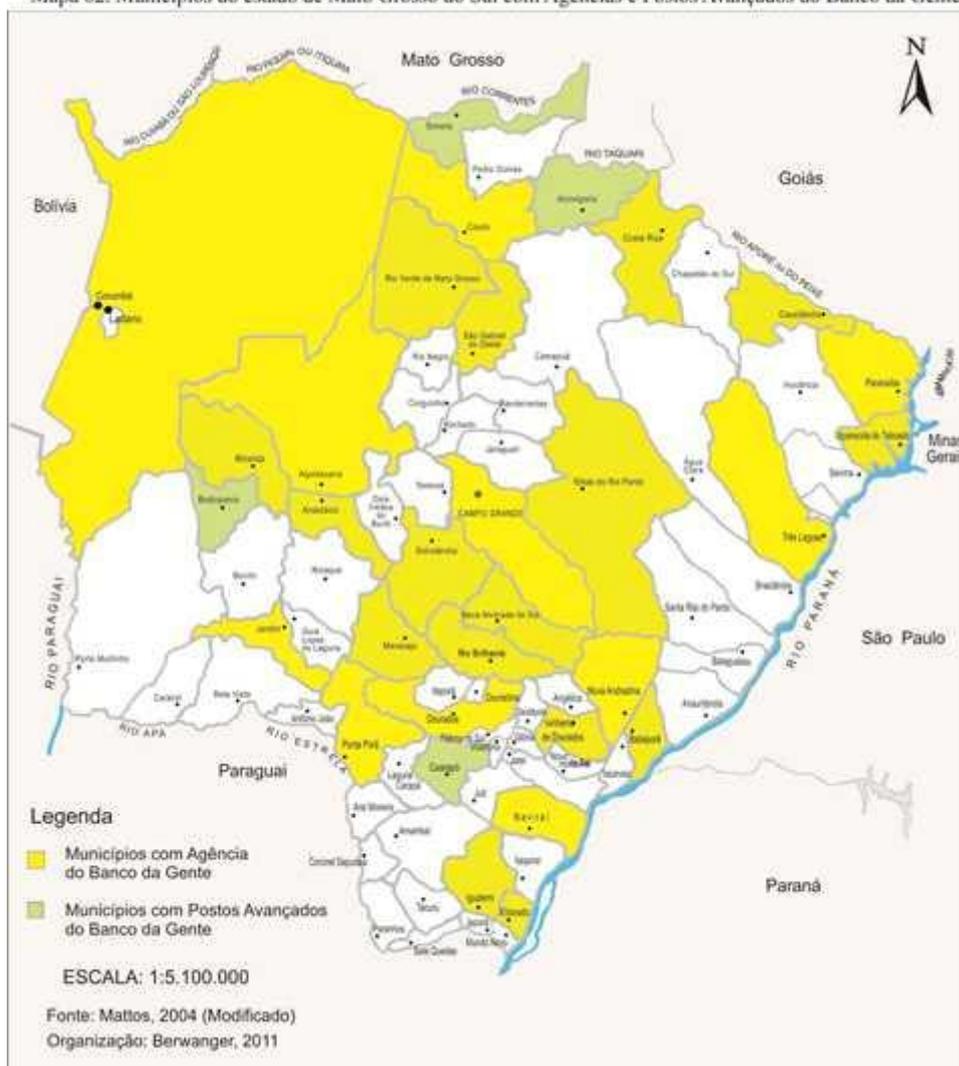


Figura 2: Municípios do estado de Mato Grosso do Sul com Agências e Postos Avançados do Banco da Gente
 Fonte: Mattos, 2004 (Modificado)
 Org.: Berwanger, 2011.

Ao analisarmos os dados do Relatório do Banco da Gente (Anexo 01) as informações divulgadas referentes ao período de 2003 a 2006 (Banco do Povo), o banco havia emprestado R\$6.729.049,16 e nesse período gastou com despesas de custeio o valor de R\$ 7.047.459,67, logo, os dados revelam que houve um prejuízo enorme equivalendo a R\$ 318.410,51.

Enquanto que no período de 2007-2010, já Banco da Gente, os valores dos empréstimos foram de R\$ 8.460.473,99 e o gasto com despesas foi de apenas R\$ 3.660.353,08. Ou seja, diminuíram em 50% as despesas do banco e houve um aumento significativo nos valores cedidos para empréstimo, como vemos no gráfico abaixo, divulgado pela instituição (Gráfico 1).

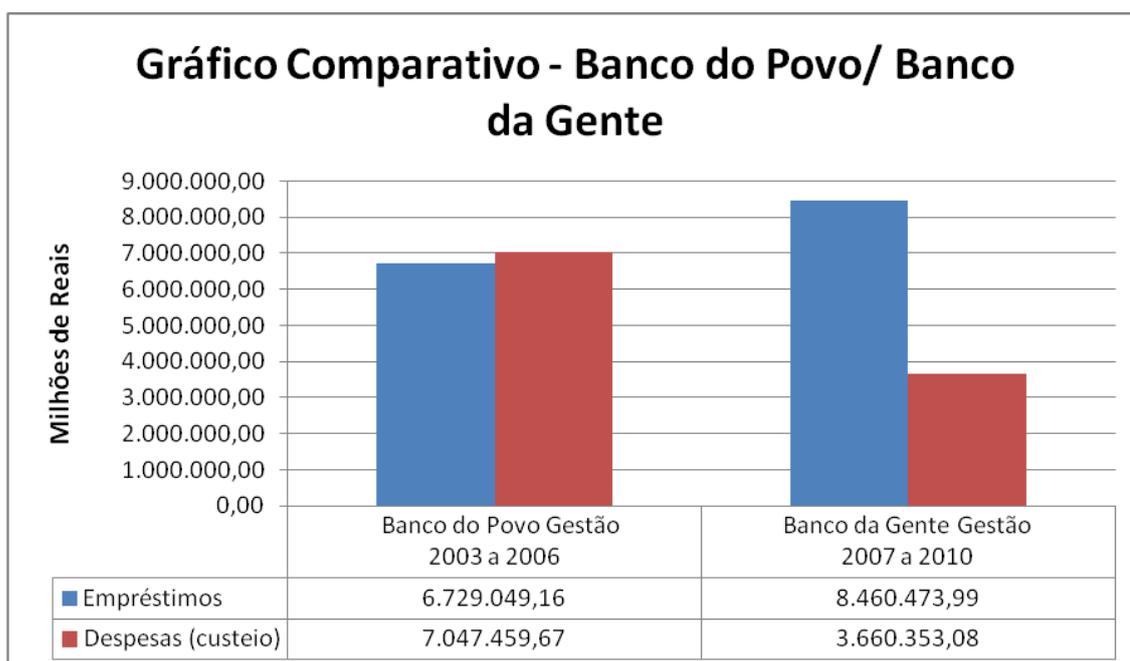


Gráfico 1: Gráfico Comparativo – Banco do Povo/Bando da Gente

FONTE: SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

O Banco da Gente, instituição em questão nesse trabalho, concede empréstimos para 9 diferentes linhas de créditos. Levando em conta o perfil de cada grupo.

Agricultura Familiar: Linha de microcrédito desenvolvida através da parceria entre Banco da Gente, AGRAER e Associação Competente e tem como principal objetivo atender os associados em seus pequenos empreendimentos rurais em todo estado de Mato Grosso do Sul.

Apicultores: Linha de microcrédito desenvolvida através da parceria entre Banco da Gente, SEBRAE, Prefeituras Municipais e Associações de Apicultores e tem como principal objetivo atender os apicultores do Estado de Mato Grosso do Sul.

Camelódromo: É uma linha de crédito para investimentos nos pequenos negócios de permissionários de Centro Comercial Popular – Camelódromo, através de parceria com Associação de Classe correspondente.

Capital de Giro: Valor utilizado para aquisição de mercadorias para revenda ou matéria-prima para produção ou prestação de serviços.

Economia Solidária: A Linha de Crédito Economia Solidária é uma linha de microcrédito produtivo e orientado para os Empreendimentos de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso do Sul, a ser desenvolvida em parceria com a Fundação do Trabalho (FUNTRAB) e SEBRAE/MS.

Investimento Fixo: Valor utilizado para aquisição de máquinas ou equipamentos necessários à atividade, ou ainda para construção ou expansão física do negócio.

Investimento Misto: Crédito misto, sendo uma parte capital de giro e outra parte investimento fixo.

MEI – Micro Empreendedor Individual: É uma linha de microcrédito desenvolvida como apoio ao Micro-empendedor Individual (MEI). Legalização da atividade informal.

Moto-taxista: Linha de crédito para aquisição de motocicleta para atividades de prestação de serviço de transporte de passageiros ou de carga.

O Banco da Gente-MS estabelece como objetivo da instituição facilitar o desenvolvimento de empreendedores em atividades produtivas de micro e pequeno porte possibilitando o acesso ao crédito rápido e desburocratizado gerando receitas e ampliando as atividades, transformando investimentos em geração de emprego e renda

As linhas de crédito são as seguintes, capital de giro que é o valor utilizado para aquisição de mercadorias para revenda ou matéria-prima para produção ou prestação de serviços, onde o empreendedor informal pode pegar no máximo R\$ 3.000,00, enquanto que o empreendedor formalizado pode ter acesso a até R\$ 5.000,00, tendo ambos 15 meses para quitar a dívida. O investimento fixo se trata do valor utilizado para aquisição de máquinas ou equipamentos necessários à atividade, ou ainda para construção ou expansão física da estrutura do empreendimento. Nesta linha de crédito os prazos de pagamento se estendem para 24 meses sendo que o empreendedor informal pode pegar no máximo R\$ 5.000,00 e o formal até R\$ 8.000,00, e o investimento misto, sendo uma parte capital de giro e outra parte investimento fixo, o tempo de pagamento é de 24 meses sendo que o empreendedor informal pode retirar até R\$ 6.000,00 e o formal no máximo R\$ 10.000,00.

Essas nove linhas de crédito contribuem para que esses empreendedores, cada um em sua respectiva linha, consigam os empréstimos visando melhorias em sua qualidade de vida.

A taxa de juros no Banco da Gente para todas as linhas de crédito é de 2% ao mês, valor menor do que o cobrado por agências privadas, como o Banco do Brasil, por exemplo, cuja taxa de juros para créditos benéficos com prazo de 13 a 24 meses para serem pagos é de 2,93% ao mês. Logo, o Banco da Gente se torna mais atraente aos possíveis clientes.

Além do perfil institucional apresentar-se voltado a pequenos empreendimentos outro importante diferencial do Banco da Gente - MS é que as garantias exigidas em geral são mais adequadas ao perfil de empreendedores que estão iniciando atividades no setor a ser

financiado. E por isso dependem do crédito para conseguirem estabelecer uma relação de experiência. No caso do Banco da Gente - MS o crédito é concedido individualmente, com a indicação de um fiador/avalista, ou de modo coletivo, com um grupo de três a quatro pessoas em que cada um é ao mesmo tempo tomador do crédito e avalista do restante do grupo. Quanto ao avalista, os documentos exigidos pelo banco são identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), certidão de casamento, se houver, comprovante de residência e de renda atual, ou declaração de Imposto de Renda. No caso dos empreendedores no ramo da confecção, os avalistas sempre foram amigos ou parentes dos clientes.

2.1. Análise do Perfil dos Clientes do Banco da Gente de Jardim - MS no Ramo de Confecção

Tendo em vista a importância do microcrédito para o desenvolvimento daqueles que precisam de algum tipo de incentivo para assim começarem ou se manterem no mercado como empreendedores autônomos, o presente trabalho se propõe estudar os reflexos da atuação do Banco da Gente - MS no município de Jardim-MS no período de Maio/2005 a Maio/2011, cuja agência se localiza na Rua Ary Coelho de Oliveira, N° 435, Bairro Centro, o mesmo pode ser visto na Planta Urbana de Jardim – MS (Figura 03). Dos 17 empreendedores que fizeram financiamentos no Banco da Gente, 14 residem na cidade de Jardim, como podemos observar no mapa abaixo, os outros 3 residem na cidade vizinha de Guia Lopes da Laguna, o que comprova que o Banco atende também as pessoas que vêm de outras cidades da região.

No conjunto de financiamentos realizados/liberados no município de Jardim nos deparamos com diversas atividades, nessa diversidade incluem-se empreendimentos tais como moto-taxistas, salões de beleza, compra e venda de mercadorias, maquinários para a agricultura familiar, entre outros. De forma que no total, para o período analisado o Banco da Gente - MS de Jardim - MS, atendeu um conjunto de 218 clientes com a concessão dos respectivos financiamentos.

Diante da diversidade de realidades dos ramos de empreendimentos, optamos por analisar o segmento de atividades relacionadas ao ramo de confecção de vestuário, a partir de um questionário (Anexo 02), incluindo assim atividades de compra, venda e produção de roupas.

A pesquisa identificou que para o ramo de confecção houve o financiamento de 17 empreendedores. Os quais correspondem a 7,79% dos clientes da agência de Jardim - MS (Gráfico 2).

Dentre os financiamentos para o ramo de confecções, identificamos que 82,35% foi destinado para a compra de roupas com o objetivo de revender. Enquanto que 17,65% dos empreendimentos beneficiados correspondem a pessoas que atuam na costura de peças de vestuário e assim destinaram o recurso financiado para o setor de produção, pois são costureiras, que viram no recurso a possibilidade de realizar investimentos na compra de máquinas para atenderem pedidos sob-medida, realizarem pequenos ajustes e consertos, bem como trabalharem em casa produzindo peças para malharias que repassam seus pedidos.

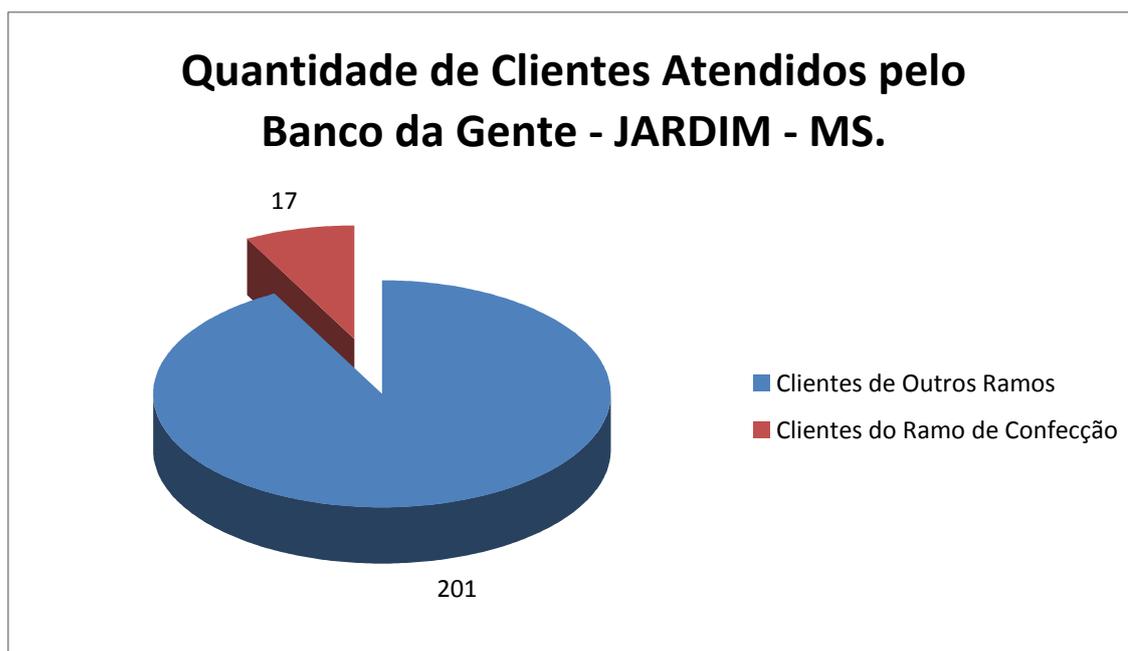


Gráfico 2: Quantidade de Clientes Atendidos pelo Banco da Gente – Jardim - MS.
Fonte: Pesquisa de Campo- Relatório Banco da Gente.

Ainda de acordo com o relatório do Banco da Gente - MS, no município de Jardim - MS, no período de 06 anos a agência liberou o equivalente a R\$ 537.509,46 em financiamentos, para 218 contemplados. Destes, torna-se evidente a questão do gênero, uma vez que, um número bastante significativo de empreendedores é do sexo feminino, representando 65,14% dos financiamentos contra 33,94% feitos pelos homens e 0,92% dos financiamentos foram destinados a empresas (Gráfico 3).

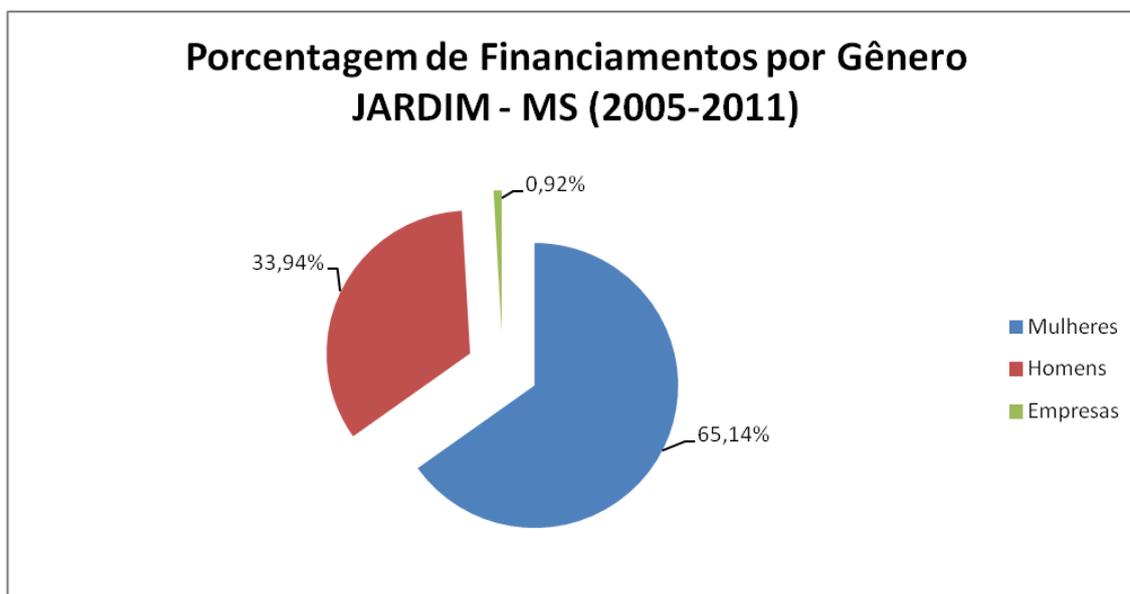


Gráfico 3: Porcentagem de Financiamentos por Gênero Jardim – MS (2005-2011)
Fonte: Pesquisa de Campo- Relatório Banco da Gente
Organizador: Berwanger (2011)

No que diz respeito aos 17 empreendedores analisados neste trabalho a questão do gênero também dá enorme destaque ao público feminino (Gráfico 4).

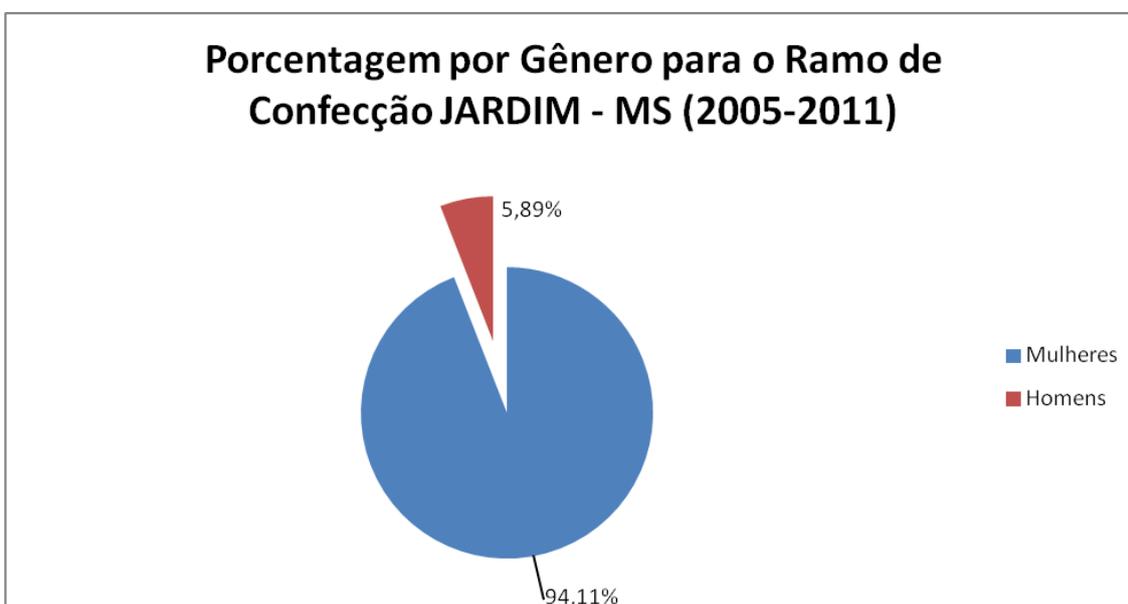


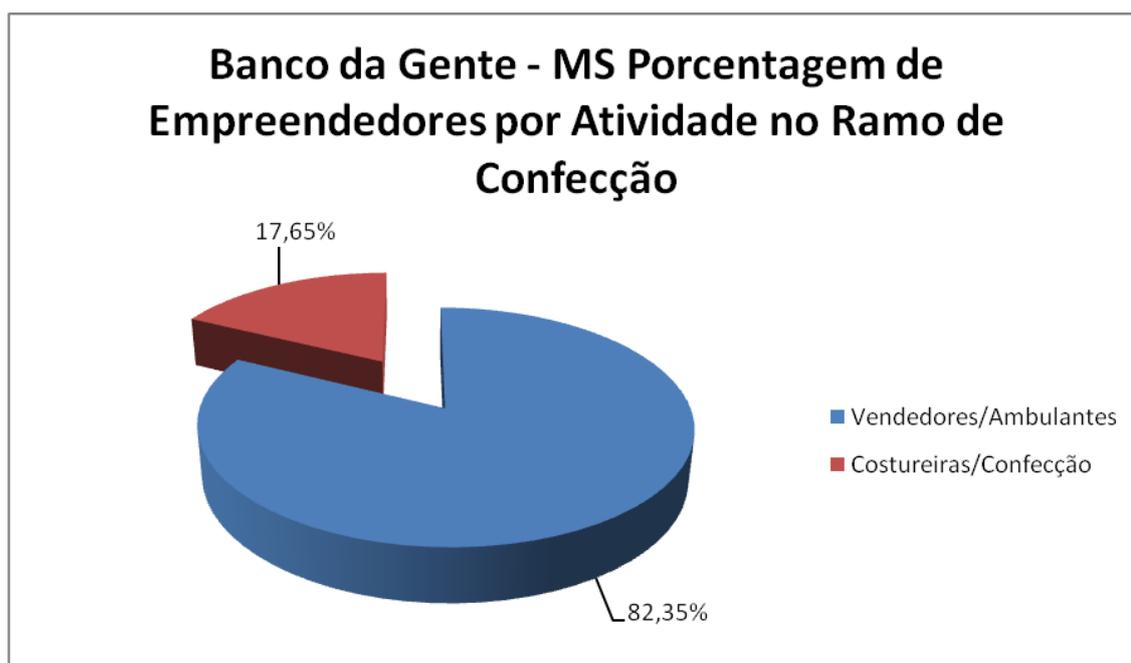
Gráfico 4: Porcentagem por Gênero para o Ramo de Confeção Jardim – MS (2005-2011)

Fonte: Pesquisa de Campo.

Organizador: Berwanger, 2011.

Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

Vale destacar que o grupo de empreendedores analisado é composto por dezessete pessoas, sendo marcante a presença feminina, pois 94,11% dos empreendedores são mulheres e apenas 5,89% o que corresponde a um único homem. No Gráfico 5, abaixo, podemos ver a quantia de pessoas que pegou financiamentos para os respectivos ramos:

**Gráfico 5:** Banco da Gente – MS Porcentagem de Empreendedores por Atividade no Ramo de Confeção

Fonte: Pesquisa de Campo.

Organizador: Berwanger, 2011.

Nessa perspectiva as mulheres estão em destaque, entre os clientes do Banco da Gente-MS da agência do município. Nesse sentido o banco tem possibilitado a inserção de mulheres tanto no mercado de trabalho como pequenas empreendedoras e ainda tendo acesso a financiamentos para auto gerirem seus projetos de geração de renda.

Tal fator indica o reflexo inclusivo do Banco da Gente, pois os homens sempre tiveram lugar de destaque no que diz respeito ao perfil do empreendedor brasileiro. Questões que podem ser alteradas a partir do microcrédito, que tem alterado significativamente essa realidade, com a participação mais efetiva das mulheres, como empreendedoras. Nesse sentido o Banco da Gente tem se revelado determinante no enfrentamento de uma pobreza e exclusão. Que são tidos como fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos.

Segundo Hildete Pereira de Melo, docente da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, no relatório do CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe:

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. (CEPAL, 2000, p. 20)

A autora reforça ainda que no mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos. Há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e tem menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego (Melo & Barros, 2000).

Cada vez mais ao invés de famílias com a tradicional dona-de-casa, surgem novas famílias cuja pessoa de referência, agora, são mulheres em busca de novos ideais, melhores cargos, independência financeira dentro e fora do ambiente corporativo e/ou familiar, fazendo com que muitas barreiras e paradigmas sejam quebrados, e o microcrédito só vem a ajudar essas mulheres a se destacarem cada vez mais no mercado, pois tem sido importante ferramenta para garantir a conquista de autonomia por parte dessas empreendedoras.

Dos financiamentos liberados pelo Banco da Gente-MS, para o município de Jardim-MS, em atividades relacionadas ao ramo de confecções o período de maior destaque para os 06 anos analisados foi o de 2010, com 41,17% tendo sido liberados nesse período (Gráfico 6).

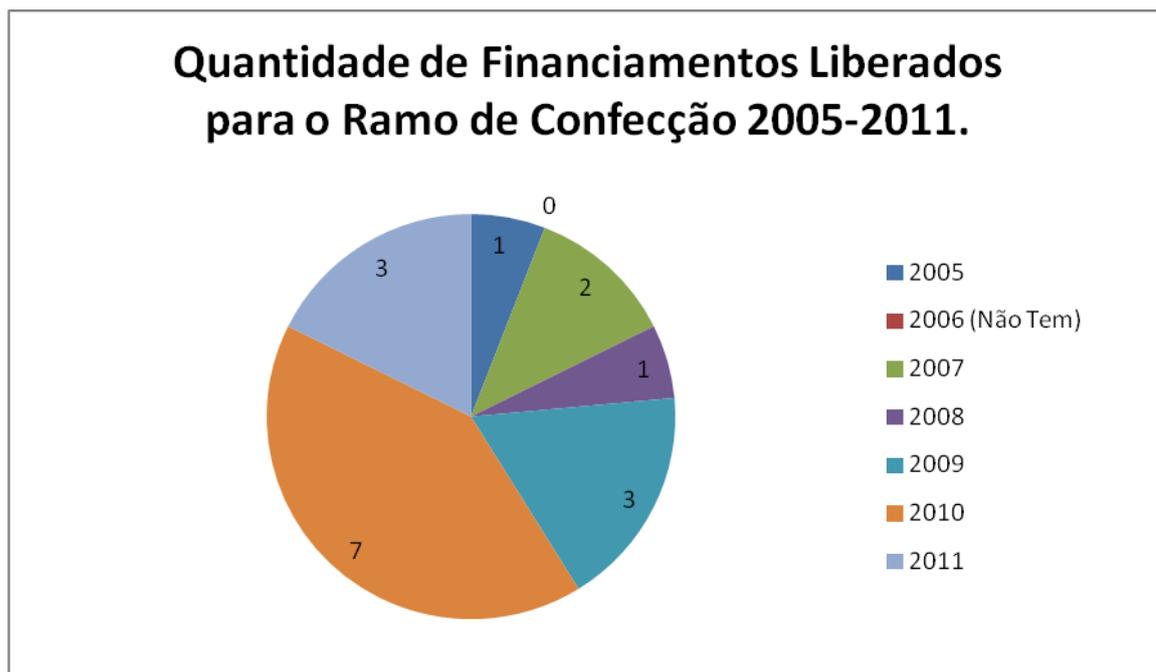


Gráfico 6: Quantidade de Financiamentos Liberados para o Ramo de Confeção 2005-2011
 Fonte: Pesquisa de Campo- Relatório Banco da Gente.
 Organizador: Berwanger, 2011.

Já no que diz respeito aos financiamentos liberados pela agência do Banco da Gente de Jardim – MS no período entre 2005 e 2011, segundo o Relatório cedido pelo próprio banco, o ano de maior destaque foi o de 2009, como podemos observar na Tabela 1.

FINANCIAMENTOS LIBERADOS POR ANO (2005-2011)	
Ano	Quantidade
2005	30
2006	21
2007	33
2008	43
2009	47
2010	37
2011	7

Tabela 1: Financiamentos Liberados por ano (2005-2011)
 Fonte: Pesquisa de Campo- Relatório Banco da Gente
 Organizador: Berwanger, 2011.

A partir da aplicação de um questionário buscamos identificar o perfil e as condições relativas ao Banco e a situação do beneficiado, bem como suas perspectivas frente ao banco.

Uma das questões levantadas no questionário se deu em função do atual estado civil dos clientes do Banco, isso porque gostaríamos de compreender como essas pessoas vivem e se recebem ajuda de conjuge para se manterem ou mesmo se são chefes de família. Identificando a importância do empreendimento quanto à renda gerada.

Dos dezessete empreendedores, nove são casados, cinco solteiros, o que inclui o único homem entrevistado, um é viúvo e outros dois empreendedores da instituição de crédito responderam a questão do estado civil como sendo separados (Gráfico 7).

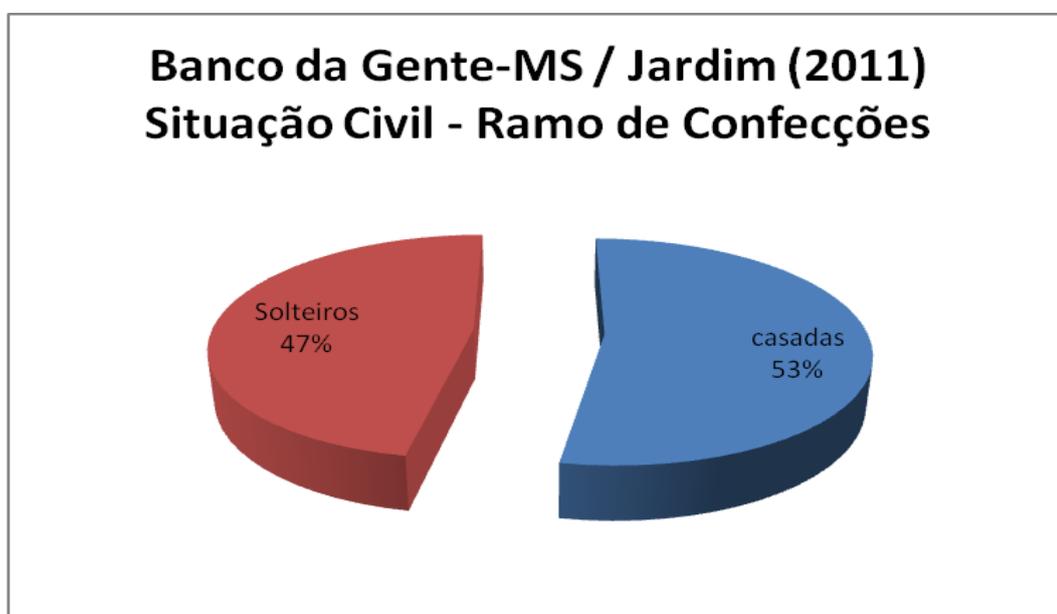


Gráfico 7: Banco da Gente – MS/ Jardim (2011) Situação Civil – Ramo de Confeção
Fonte: Pesquisa de Campo- Relatório Banco da Gente.
Organizador: Berwanger, 2011.

Ao questionar sobre as dificuldades enfrentadas por eles, o destaque maior se deu por parte da criação dos filhos enquanto os mesmos trabalham, uma vez que, para tal, as crianças têm que ficar sempre com familiares ou mesmo em creches enquanto eles desenvolvem suas atividades, uma vez que, apenas dois dos empreendedores não possuem nenhum filho, como vemos na Tabela 2:

Número de Empreendedores	Quantidade de Filhos
02	1
07	2
02	4
04	3
02	0

Tabela 2: Tabela Quantitativa de Empreendedores e Seus Respectivos Filhos

Fonte: Pesquisa de Campo

Organizador: Berwanger (2011)

Do total de nove empreendedores que são casados, em 55,55% os conjugues possuem Carteira Assinada, o que demonstra que a renda do empreendimento tem papel de complemento no orçamento doméstico. Porém, vale destacar que todos os entrevistados relatam que trabalham e ajudam nas despesas de casa de alguma forma.

Quanto ao relato de experiência em outras atividades na condição formal, identificamos que 35,29% dos empreendedores mencionaram já terem possuído registro em carteira assinada. Atualmente, apenas duas pessoas possuem carteira assinada, o que nos mostra o quão debilitado se encontra o sistema de mercado atualmente e o porquê dessas pessoas recorrerem ao financiamento para conseguirem aumentar sua renda familiar ou mesmo individual.

Ao analisarmos os dados levantados na pesquisa de campo, identificamos que dos empreendedores 03 deles desenvolvem apenas a atividade de venda de roupas, 11 possuem empregos paralelos e 03 costuram (Tabela 3).

Nº de contemplados	Do que essas pessoas vivem
03 (17,64%)	Venda de roupas
11 (64,70%)	Empregos paralelos, dentre os quais se destacam vendedoras de cosméticos, diaristas, e serviços rurais, como vendas de verduras e legumes.
03(17,64%)	Costura
17 (100%)	Atividades

Tabela 3: Quantidade de Empreendedores e seus Meios de Sobrevivência

Fonte: Pesquisa de Campo.

Organizador: Berwanger, 2011.

Logo, apenas 06, o que corresponde a 35,29% vivem exclusivamente através do que a financiamento se propôs a realizar, enquanto que a maioria tem empregos paralelos, e vêem na atividade o complemento do orçamento doméstico. As três pessoas citadas na tabela 02 que vivem exclusivamente da venda de roupas são mulheres casadas, cujos maridos trabalham e ajudam na rentabilidade familiar.

Não há como contestar que a questão do emprego e do desemprego está bastante evidente atualmente, porém, para não ficarem presos a essa condição, essas pessoas optaram por considerarem as mais diversas opções com fins de sobrevivência, uma vez que a legislação trabalhista não proíbe que o trabalhador possa ter dois empregos. A única ressalva nesse sentido é feita ao empregado menor de idade com relação à jornada de trabalho, pois este não poderá ultrapassar oito horas de trabalho nos dois empregos, de acordo com o art. 414 da Comissão de Leis Trabalhistas. Já quanto ao empregado maior de idade, não existe essa restrição. Na maioria das vezes, os trabalhadores exercem duas funções distintas. Na primeira função o trabalhador presta seus serviços em razão da sua profissão e na segunda função, executa outra atividade diferente da profissão, como é o caso de alguns dos empreendedores do Banco da Gente - MS, que trabalham em serviços paralelos e ainda exercem outras atividades para a qual destinaram o recurso financiado.

Outro dado significativo, e este generalizado, destaca que todos os contemplados com os financiamentos do Banco da Gente já trabalharam com outras atividades, ou seja, nenhuma dessas pessoas depende apenas das possibilidades relacionados a crédito concedido Banco. O que nos leva a conclusão de que, apesar de já terem trabalhado em outros setores, essas pessoas optaram pelo financiamento em busca de uma melhor condição de vida, visando o desenvolvimento individual e familiar. Assim quando necessário, em determinados períodos, dedicam mais atenção e investimento. Pois em condições de possível desemprego podem assim lançar mão e desenvolver ações diretamente relacionadas a atividade financiada. E assim caso passem a depender exclusivamente da venda de roupas, essa atividade passa a se configurar como principal fonte de renda. É o caso dos 64,70% que trabalham em atividades paralelas como já mencionamos na Tabela 02, dentre as atividades estão relacionadas funções como vendedoras de cosméticos, diaristas, serviços rurais, e vendas de verduras e legumes.

Mesmo desenvolvendo outras atividades paralelas atendem a pedidos em função de possíveis encomendas, assim sendo trabalhando esporadicamente, o que ao longo do período não significa ter deixado de atuar no ramo de confecções.

Com relação ao grau de escolaridade todos os empreendedores são alfabetizados. Se destacando o fato de que 52,94% se apresentam com o Ensino Médio Completo, revelando

que são pessoas instruídas e capazes de avaliarem suas condições, até mesmo na realização dos pedidos de crédito. Tabela 4.

Grau de escolaridade	Nº de Empreendedores
Ensino Fundamental Incompleto	02
Ensino Fundamental Completo	03
Ensino Médio Incompleto	03
Ensino Médio Completo	08
Ensino Superior Completo	01

Tabela 4: Grau de Escolaridade

Fonte: Pesquisa de Campo.

Organizador: Berwanger, 2011.

A partir da pesquisa de campo identificamos segundo relatos dos clientes do ramo confecções, que os empréstimos/créditos realizados pelo Banco da Gente-MS em Jardim-MS Segundo as dezessete pessoas entrevistadas, todas disseram que o empréstimo permitiram a realização de investimentos para desenvolverem atividades em diferentes setores econômicas. Alguns com a compra de máquinas e investimento em infra-estrutura que é o caso de costureiras (Imagens 01, e 02). Enquanto que outros empreendedores do segmento de confecções compram peças prontas e/ou cobertores, roupas de cama (Imagens 03, 04 e 05). Nas fotos é possível observarmos que são atividades desenvolvidas com investimentos relativamente inferiores a lojas e alfaiatarias centrais. Assim geralmente ocupam um cômodo da residência do empreendedor que atende esporadicamente em casa ou no local onde o cliente está: escolas, escritórios, residências e outros, como podemos ver nas imagens abaixo (Fotos 1 a 5):



Foto 1: Sala de uma cliente do Banco do Gente, onde podemos notar maquinas de costura e diversos pacotes contendo tecidos para as confecções.

Organizador: Berwanger, 05-11-2011.



Foto 2: Máquinas compradas através do financiamento liberado pelo Banco da Gente.

Organizador: Berwanger, 05-11-2011.



Foto 3: Diversos cobertores e forros de cama comprados com o dinheiro liberado pelo Banco da Gente para a revenda.

Organizador: Berwanger, 06-11-2011.



Foto 4: Várias sacolas contendo roupas que são revendidas pela empreendedora.
Organizador: BERWANGER, 06-11-2011.



Foto 5: Roupas para a revenda, todas etiquetadas.
Organizador: Berwanger, 06-11-2011.

Ao analisarmos as imagens, fica evidente que esses empreendedores trabalham com uma complementação de renda, pois desenvolvem essas atividades com pouco

investimento. Não se caracterizando como lojas, por exemplo, no entanto levam seus produtos, uma vez que atendem seus clientes em casa ou saem para vender fora.

Com relação a renda mensal dos empreendedores, 17,64% dos clientes do Banco da Gente declararam que vivem exclusivamente da atividade desenvolvida, no caso como costureiras. Enquanto que os outros 82,35% declararam como já discutimos anteriormente que além da atividade relacionada ao ramo de confecções trabalham, portanto em serviços paralelos, relatando que a renda gerada fica entre R\$ 600,00 e R\$1.000,00 por mês. Nesse mesmo sentido os 17,64% restantes que informaram ter na venda/comercialização de roupas única fonte de renda declararam rendimentos que variam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.200,00. Essa diferenciação se deve ao fato de que no 3º grupo os empreendedores envolvidos por não terem obrigação de trabalhar em outras atividades têm, por isso, mais tempo para oferecerem seus produtos. E outro fator é que conseguem aferir mais lucro nas negociações pois compram a mercadoria na Bolívia.

E nesse sentido relatam que preferem buscar a mercadoria no país vizinho, Bolívia, pois economizam no custo das peças, devido ao fato de que tais produtos são comercializados sem a cobrança de impostos o que reduz seus custos consideravelmente, sendo possível nessas condições aferirem lucro com uma margem considerável, variando entre 50% e 75% sob cada peça.

Ao questionarmos se realizariam novos empréstimos no Banco da Gente, apenas duas disseram que teriam medo de contrair novas dívidas. Logo, quinze dos dezessete empreendedores renovariam seus empréstimos. O argumento nesse sentido foi de que os financiamentos concedidos pela instituição de microcrédito - Banco da Gente, são mais fáceis de serem concebidos do que em outras instituições bancárias. As taxas de juros são mais baixas, as garantias exigidas pela instituição são mais simples, se adequando as suas características.

Nesse sentido identificamos que as solicitações de garantias reais (patrimônio) são raras. As formas mais praticadas são o aval individual, geralmente complementado por um avalista ou pessoa conhecida, os prazos para liberação dos recursos é muito rápido, pois se busca permitir que o cliente aproveite a oportunidade de negócio, o microcrédito é caracterizado pela simplicidade e agilidade na análise e concessão, sistematicamente visando o empreendimento financiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o apoio e o incentivo aos pequenos empreendimentos econômicos, enquanto tendência alternativa visando os trabalhadores frente ao fenômeno do desemprego tornou-se referência obrigatória nos discursos e nas práticas sociais, bem como nas políticas governamentais.

Essa questão passou, também, a estar presente no âmbito das chamadas Políticas Públicas de Emprego e Renda, enquanto uma nova modalidade de resposta ao desemprego, calcadas numa visão restrita de suas causas e centradas numa atuação sobre o mercado de trabalho.

Nessa nova tendência criada a partir da década de 90, estruturou-se um leque de programas voltados para o incentivo e o apoio a diferentes segmentos dos trabalhadores na abertura de pequenos negócios como alternativa de ocupação e renda. De fato, esses programas constituem-se como a espinha dorsal das propostas de enfrentamento do desemprego, tornando-se mesmo uma estratégia central na política de desenvolvimento econômico e social do país. Estas propostas oferecidas pelo Governo aliados a qualificação profissional, são uma ajuda para aqueles que se encontram fora do mercado capitalista.

Desde os tempos mais antigos o homem tem se relacionado com o trabalho de uma forma inerente ao ser humano. As pessoas constituem suas vidas através da forma que escolheram no trabalho e dessa maneira dão sustentação ao modelo de sociedade em que vivem. É no trabalho que as pessoas encontram meios de expor as diversas expressões de suas habilidades e aptidões. É através do seu esforço físico ou intelectual que todas as pessoas constroem a sua história. A forma como o trabalho é executado revela a face dos homens e mulheres dessa sociedade. As transformações são importantes e necessárias para o crescimento na formação da consciência do trabalho na sociedade. E com os contemplados pelo Banco da Gente não é diferente, as pessoas buscam seu espaço através do seu crescimento.

Assim, em outras palavras, as atuais políticas de emprego configuram-se mais pelo desenvolvimento de ações no campo da política social, mediadas, entretanto, pela particularidade de seu objeto específico de intervenção, no caso, a esfera do trabalho.

Estamos vivendo na era da tecnologia onde para poder sobreviver é necessário ser diferente e com idéias novas, não simplesmente saber uma única função e exercê-la, faz-se necessário especialização e qualificação visando um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Tão logo, neste trabalho analisamos o Banco da Gente do município de Jardim - MS, com ênfase para o ramo da confecção, tendo face às políticas públicas de micro-financiamentos que visam justamente à superação do desemprego ou mesmo a complementação de renda mensal de seus respectivos empreendedores.

Através do questionário aplicado para os respectivos clientes, podemos perceber que o financiamento liberado pelo Banco foi de grande valia para essas pessoas, uma vez que as mesmas declararam estar sempre dispostas a novos financiamentos, ate porque as taxas de juros e a facilidade na hora de pegar seus créditos tornam o Banco ainda mais atraente.

Ademais, os empreendedores deixaram bem claro que a Instituição os ajudou de acordo com o prometido, e que fariam financiamentos toda vez que precisassem desde que as condições continuassem as mesmas. Logo, O Banco da Gente é de grande ajuda para aqueles que não tem oportunidade e ficam a par do mercado ou mesmo para aqueles que utilizam dos serviços oferecidos por essa instituição de microcrédito como forma de aumentar a sua renda mensal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco do Povo. **Revista Banco do Povo**. Instituição Comunitária de crédito, Campo Grande, 2003.

BARONE, Marcelo. LIMA, P. DANTAS, V. REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

CONSTANZI, Rogério N. Microcrédito no âmbito das políticas de trabalho e renda. *In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, n.º 19. IPEA/MTE, 2002, p. 21-25.

DELGADO, Ignácio Godinho. **Previdência Social e mercado no Brasil**: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira, São Paulo: LTr, 2001.

EBERHARD, G. **Desenvolvimento Local e Inclusão Social**: O Programa de Apoio ao Pequeno Empreendedor- PAPE, no Governo Municipal de Dourados-MS-(2001-2004). UFMS, 2004.

FARIA, V. E. **Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IANNI, O. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: FAHAR, 1975.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MELO, Hildete Pereira de. **Brasil – Gênero, Ciência, Tecnologia e Inovação – Um olhar feminino**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en América Latina y el Caribe. Brasília, 2005. 47 p.

Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf.

MELO, Hildete Pereira de & BARROS, Flávio. **O Desemprego no Feminino**, em Archétypon, n. 22, jan/ab.2000.

MOREIRA, Sérgio. Microcrédito, ocupação e renda. *In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, n.º 19. IPEA/MTE, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Vozes, 1997.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. *In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, n.º 18. IPEA/MTE, 2002, pp. 41-61.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, Andre Ricardo. **A economia Solidária no Brasil: a Auto Gestão como Resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto 2000.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

Segunda Revolução Industrial, disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/segunda-revolucao-industrial.htm>, acesso em 03-11-2011.

ANEXOS 01

Relatório Fornecido pelo Banco da Gente de Jardim –MS

ANEXOS 02

Questionário aplicado para os Clientes do Banco da Gente de Jardim –MS